

Governança para a sustentabilidade do sistema alimentar

Rozane Marcia Triches  

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Realeza, Paraná, Brasil.
e-mail: rozane.triches@gmail.com

Miguel Angelo Perondi  

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Pato Branco, Paraná, Brasil.
e-mail: miguelangeloperondi@gmail.com

Resumo

Em um cenário global marcado por crises climáticas, insegurança alimentar e desigualdades sociais, a governança dos sistemas alimentares emerge como eixo estratégico para a sustentabilidade e justiça social. O objetivo deste artigo foi identificar os estudos relativos a esta governança, averiguando como os autores têm abordado o tema no mundo trazendo reflexões teórico-práticas sobre o mesmo. Realizou-se revisão de literatura integrativa com busca na plataforma Periódicos Capes usando os unitermos governança do sistema alimentar e sustentabilidade em inglês e português, encontrando-se 34 artigos. Os mesmos foram agrupados de forma a identificar a diversidade de tipos de governança no SA, perspectivas teóricas, metodológicas, movimentos/atores de mudança. Dentre os tipos, existem os sistemas de governança de mercados neoliberais projetando-se com tecnologias incrementais e os de governança social baseados em direitos, propondo transformações mais radicais. Teorias como a perspectiva multinível têm sido propostas para analisar a transição para a sustentabilidade e autores têm reunido um conjunto de critérios para analisar metodologicamente a governança. Movimentos de mudança foram analisados a partir de seus ideais, tipo/grupo de atores, problemáticas e estratégias. Verifica-se poucos estudos brasileiros, o que indica a importância da academia em subsidiar com mais densidade estas discussões, municiando políticas e transformações que mitiguem as crises ambientais.

Palavras chave: Desenvolvimento sustentável; políticas públicas; território; soberania alimentar; mudanças climáticas.

Governance for food system sustainability

Abstract

In the current global context, characterized by climate crises, food insecurity, and persistent social inequalities, food system governance has become a strategic framework for advancing transitions towards sustainability and social justice. The objective of this study was to identify studies related to food system governance, investigating how authors have approached the topic worldwide, bringing theoretical and practical reflections on it. An integrative literature review was conducted by searching the Capes Journals platform using the keywords food system governance and sustainability in English and Portuguese, and 34 articles were found. These articles were grouped in order to identify the diversity of types of governance in the SA, theoretical and methodological perspectives, and movements/actors of change. Among the types, there are neoliberal market governance systems projected with incremental technologies and social governance systems based on rights, proposing more radical



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

transformations. Theories such as the multilevel perspective have been proposed to analyze the transition to sustainability, and authors have gathered a set of criteria to methodologically analyze governance. Movements of change were analyzed based on their ideals, type/group of actors, problems, and strategies. There are few Brazilian studies, which indicates the importance of academia in providing more in-depth support for these discussions, providing policies and transformations that mitigate environmental crises.

Keywords: Sustainable development; public policies; territory; food sovereignty; climate change.

Gobernanza para la sostenibilidad del sistema

Resumen

En el actual contexto global, caracterizado por crisis climáticas, inseguridad alimentaria y persistentes desigualdades sociales, la gobernanza de los sistemas alimentarios se configura como un marco estratégico para impulsar transiciones hacia la sostenibilidad y la justicia social. El objetivo de este trabajo fue identificar estudios relacionados con la gobernanza del sistema alimentario, investigando cómo los autores han abordado el tema alrededor del mundo, aportando reflexiones teóricas y prácticas al respecto. Se realizó una revisión integradora de la literatura mediante búsqueda en la plataforma Capes Periodicals utilizando las palabras clave gobernanza y sostenibilidad del sistema alimentario en inglés y portugués, encontrando 34 artículos. Se agruparon con el fin de identificar la diversidad de tipos de gobernanza en Sudáfrica, perspectivas teóricas y metodológicas y movimientos/actores de cambio. Entre los tipos, están los sistemas de gobernanza de mercado neoliberal que se proyectan con tecnologías incrementales y los sistemas de gobernanza social basados en derechos, que proponen transformaciones más radicales. Se han propuesto teorías como la perspectiva multinivel para analizar la transición hacia la sostenibilidad y los autores han reunido un conjunto de criterios para analizar metodológicamente la gobernanza. Se analizaron los movimientos de cambio en función de sus ideales, tipo/grupo de actores, problemas y estrategias. Hay pocos estudios brasileños, lo que indica la importancia de la academia en brindar un apoyo más profundo a estas discusiones, proporcionando políticas y transformaciones que mitiguen las crisis ambientales.

Palabras clave: Desarrollo sostenible; políticas públicas; territorio; soberanía alimentaria; cambio climático.

Introdução

O sistema alimentar (SA) tem sido foco dos debates contemporâneos, reunindo diversas áreas de conhecimento e setores da sociedade em geral. Este interesse toma grandes dimensões, dado sua implicação econômica e também por sua relação com os efeitos que distribui na sociedade e no meio ambiente.

Dentre estes efeitos, Swinburn *et al.* (2019) chamam a atenção para o que nomearam como sindemia global, que seria constituída por três pandemias que permeiam o sistema alimentar – pandemia de desnutrição e fome, pandemia de obesidade e pandemia das mudanças climáticas. Leeuwis *et al.* (2021) ao defenderem a necessidade de transformações no SA, refletem que as ‘propriedades emergentes’ (ou o *trade-off* entre

sinergias positivas e negativas) das atuais configurações não deixam grande parte da sociedade feliz. Ou seja, em vez de propriedades desejadas como nutrição saudável, segurança alimentar, distribuição de riqueza e sustentabilidade ambiental, o sistema alimentar ainda gera desnutrição, insegurança alimentar, pobreza e degradação ambiental. Hospes e Brons (2017) descrevem como principais fraquezas do SA os riscos nutricionais e de saúde, insegurança alimentar, mudanças ambientais, perda da biodiversidade, o processo de urbanização, perda de poder dos consumidores e dos pequenos produtores, e a desconsideração dos direitos humanos e do bem estar social.

Embora a literatura sobre SA seja bastante prolífera, ainda são relativamente escassos os estudos que abordam a sua governança e até mesmo sua própria definição. Hospes e Brons (2017) ao realizarem uma revisão de literatura, encontraram onze definições sobre SA. Entre as similaridades de todas as definições, apontam o conjunto das atividades que vão da produção ao consumo. Apenas quatro delas mencionavam as instituições relacionadas com a alimentação ou a governança das atividades da cadeia alimentar e destas, uma única descrevia quem seriam os atores: produtores, pescadores, indústrias, mão de obra, governos, compradores (varejistas, marcas, fabricantes, comerciantes), comunidades e consumidores.

Em 2018 a FAO passa a definir que sistemas alimentares abrangem toda a gama de atores e suas atividades interligadas de agregação de valor envolvidas na produção, processamento, distribuição, consumo e descarte de produtos alimentícios originários da agricultura, silvicultura ou pesca, indústrias alimentícias e os ambientes econômicos, sociais e naturais mais amplos nos quais estão inseridos. A produção envolveria as comunidades agrícolas, mas também atores de pré-produção, ou seja, indústrias de insumos, como fertilizantes ou sementes. A gama de atores mencionados acima incluiria também atores de ciência, tecnologia e inovação que são parcialmente integrados no sistema alimentar. Às cadeias de valor se relaciona outro conjunto de atores relevantes dos sistemas alimentares, quais sejam, organizações públicas e privadas de controle de qualidade e segurança.

Nesta mesma publicação, a FAO (2018) define também o que seria um sistema alimentar sustentável (SAS). Este forneceria segurança alimentar e nutrição para todos de tal forma que as bases econômicas, sociais e ambientais que geram segurança alimentar e nutrição para as gerações futuras não fossem comprometidas, significando que: a) seria lucrativo em todos os aspectos (sustentabilidade econômica); b) teria benefícios amplos para a sociedade (sustentabilidade social); e, c) teria um impacto positivo ou neutro no ambiente natural (sustentabilidade ambiental).

O esforço, portanto, seria o de transformar os sistemas alimentares em sustentáveis. Autores como Lang e Barling (2013) já em 2013 propunham que a alimentação/nutrição fosse a razão intelectual central para (re)moldar o sistema alimentar

para todas as pessoas. A questão colocada por eles era a seguinte: o que seria uma agricultura e uma cadeia de suprimento alimentar se estas fossem baseadas em necessidades fisiológicas/nutricionais humanas e se os formuladores de políticas buscassem uma melhor combinação entre sistemas alimentares globais, ecossistemas e a segurança alimentar sustentável? No mesmo ano, Garnett (2013), trazia os seguintes desafios: como tornar a produção de alimentos mais sustentável e resiliente, ao mesmo tempo em que é necessário alimentar cada vez mais pessoas? O que pode ser feito para resolver o problema da sustentabilidade do sistema alimentar? Sumarizando: como os sistemas alimentares têm sido arquitetados para lidar com as mudanças climáticas globais e, ao mesmo tempo, proporcionar segurança alimentar, segurança ambiental e bem-estar social?

Com isto presente, as questões a serem trabalhadas neste texto remetem à discussão sobre o que se tem trabalhado até aqui relacionado à governança do SA e quais as abordagens e perspectivas que se colocam para o enfrentamento dos problemas atuais e futuros rumo a um SAS. Desta forma, o objetivo é identificar os estudos relativos à governança do sistema alimentar averiguando como os autores têm abordado o tema no mundo e no Brasil, trazendo reflexões teórico-práticas sobre o mesmo.

Este artigo está composto por esta introdução, seguida da explicação do método. Na sequência, a seção que se debruça sobre a governança dos sistemas alimentares foi subdividida em partes, iniciando com uma breve conceituação do termo existente na literatura, seguida pela explanação das abordagens mais proeminentes (sistemas de governança de mercado neoliberais e governança social dos sistemas alimentares baseada em direitos). Posteriormente são trabalhadas as perspectivas teóricas e metodológicas existentes para avaliar a governança sustentável, finalizando com os movimentos de mudanças e as considerações finais.

Metodologia

Esta revisão de literatura integrativa realizou a busca de materiais de outubro a dezembro de 2024 na plataforma Periódicos Capes. Em relação à estratégia, primeiramente, fez-se uma procura mais sensível utilizando o unitermo *food system governance* e os seguintes filtros: que o termo fosse exato em qualquer campo dos textos, com publicação de 2015-2025 e revisado por pares. Nesta busca encontrou-se 82 artigos e 6 revisões de literatura. Após, para uma busca mais específica, adicionou-se o termo *sustainability* com os mesmos filtros, menos o relativo ao tempo de publicação (que não foi definido para identificar desde quando este tipo de literatura está sendo publicada) e desta vez, foram encontrados apenas 28 artigos e cinco revisões.

Do primeiro grupo de artigos (*food system governance*) foram selecionados 28 artigos, descartando os que falavam especificamente da realidade de algum país ou grupo de países ou editoriais. Destes, vale salientar que dois dos artigos eram sobre o Brasil e foram mantidos. Dos excluídos, 14 deles versavam sobre casos de países da África e 13 de países europeus, sendo apenas cinco de outros países da América Latina (1 México, 1 Nicarágua, 2 Costa Rica e 1 Colômbia). Os demais eram sobre uma diversidade de outros locais.

Do segundo grupo de artigos (*food system governance and sustainability*) foram selecionados 17 artigos, usando para exclusão o mesmo motivo anterior. Neste grupo observou-se que o maior número de artigos excluídos era sobre a Austrália (5) e Europa (4). Considerando que, dos 17 artigos encontrados na segunda busca, 11 estavam repetidos e apenas seis não constavam na primeira etapa pela flexibilização das datas, somaram-se 34 trabalhos no total (28+6).

Os artigos encontrados foram reunidos de forma a identificar os conceitos, a diversidade de tipos de governança no SA, perspectivas teóricas, metodológicas, movimentos/atores de mudança (dentro deste grupo houve uma subdivisão em quatro categorias: ideais, atores impulsionadores/participação social, problemáticas e estratégias).

Governança do sistema alimentar

Kennedy & Liljeblad (2017) definem governança como **o estabelecimento de regras, práticas e processos que estruturam os fluxos de poder e controle** no sistema alimentar, desde a produção e colheita até o consumo e gestão de resíduos. Berry (2019) considera que a governança alimentar pode ser entendida como a “arquitetura de sistemas alimentares”. Para Guthman (2007), entender a governança do sistema alimentar requer uma análise dos atores, suas relações e como isto impacta no sistema.

De acordo com Clancy (2014) governança tem ressonância com diferentes cenários, mas considera que dois deles são de maior importância: o primeiro é a relevância e eficácia das estruturas organizacionais que podem ser usadas e trabalhadas na tentativa de moldar **as políticas**; o segundo é a governança das **cadeias de suprimentos**. Também chama a atenção para os **níveis de governança** - global, nacional, regional, local e corporativo e, dessa forma sua intrincada complexidade, dialogando com a perspectiva geográfica do tema.

Nesta defesa, Yap (2022) aponta para as relações entre o Estado, o espaço e o território para explorar novas direções e oportunidades para a pesquisa e a prática de governança de sistemas alimentares. Para o autor, os sistemas alimentares compreendem uma infinidade de relações, processos e redes que existem simultaneamente dentro

(horizontalmente) e entre níveis aninhados do local ao global (verticalmente) – e que se multiplicaram por meio de processos de globalização nos últimos 40 anos, criando diferentes sistemas alimentares. O mesmo defende que tais enquadramentos sintéticos podem ser altamente prolíferos, tanto na medida em que os territórios jurisdicionais-institucionais fornecem estruturas úteis para o engajamento com a política pública, quanto porque cada novo enquadramento do sistema alimentar – cada novo nível e território – traz consigo novas espacialidades de relações sobrepostas e potenciais de mudança.

No entanto, Oosterver (2007) destaca que a governança alimentar global foi transformada nos últimos anos, passando de um modelo onde as características convencionais dominavam, para outro, onde formas inovadoras de governança alimentar global assumem importância.

Há na literatura estudos que buscam entender melhor como esta governança vem ocorrendo, diferindo em suas formas de analisar o assunto (Arthur *et al.*, 2022; Garnett *et al.*, 2013; Ospes e Brons, 2017; Leewis *et al.*, 2021; Oñederra-Aramendi *et al.*, 2023; Tschersich e Kok, 2022; Bui *et al.*, 2019). Se discorrerá a seguir sobre essas visões, trazendo outros estudos para incrementar e dialogar com cada argumento.

Arthur *et al.* (2022) defendem que, no nível mais amplo e a grosso modo, há duas abordagens de governança comumente debatidas: sistemas de governança de mercado neoliberais e governança social dos sistemas alimentares baseada em direitos. Esta divisão se aproximaria um pouco do que se tem hoje como um SA dominante e que produz efeitos colaterais negativos, como já exemplificado, mas que também busca estratégias sustentáveis incrementais, por um lado. Por outro lado, há outras tentativas mais radicais de transformações deste sistema remodeladas por formas diferenciadas de governança. Ambas compõem o que a literatura tem comumente chamado de transição para a sustentabilidade.

Governança de sistemas alimentares de mercado neoliberais em prol da sustentabilidade

A governança de SA no modelo neoliberal dialoga com Tudge (2005) quando defende que o algoritmo atual é econômico – ou uma espécie de capitalismo baseado no monetarismo (tudo é considerado como tendo um preço) e o mercado supostamente livre que opera em escala global. Para o autor, o mantra adotado no caso da agricultura é: "a agricultura é um negócio como outro qualquer", o que se traduz na necessidade de produzir o máximo de lucro no menor tempo possível. Neste sentido, para maximizar o lucro existiriam três principais requisitos. O requisito número um é maximizar o volume de negócios, o segundo é agregar valor e o terceiro minimizar os custos e, neste sentido, a agricultura moderna seria projetada para ganhar tanto dinheiro quanto possível para cada

vez menos empresas. Os modelos seriam essencialmente capitalistas - as economias centralizadas e controladas por governos muitas vezes obsoletos.

Neste sentido, de acordo com Arthur *et al.* (2022), a governança do sistema alimentar orientada para o mercado é amplamente voltada para o consumidor e impulsionada por conglomerados globais e/ou poder corporativo multinacional e implementa mecanismos de mercado como ferramentas para alcançar a mudança do sistema alimentar. Para demonstrar a concentração do mercado global, Hendrickson *et al.* (2020) apresentam dados relativos às indústrias à montante. Apontam que apenas quatro diferentes conglomerados de corporações são responsáveis pela produção global de 65% dos agroquímicos, 58% dos produtos farmacêuticos para animais, 50% das sementes, 45% dos equipamentos agrícolas e 33% dos fertilizantes sintéticos.

Nos Estados Unidos, Hendrickson *et al.* (2020) demonstram que a indústria processadora também é bastante concentrada. Só para dar os principais exemplos, quatro diferentes indústrias são responsáveis por 80% do processamento da soja, 73% da carne vermelha, 67% da carne suína e 54% da carne de frango. O varejo de alimentos também é caracterizado por altos níveis de concentração, com grandes redes de varejo compartilhando o mercado e competindo principalmente com base no preço. Assim, o setor de alimentos tem testemunhado a ascensão de corporações gigantescas que controlam proporções significativas de vendas no varejo, bem como o surgimento de empresas operadas internacionalmente. O tamanho desses varejistas os classifica entre as maiores empresas de seus países de origem (por exemplo, a Tesco do Reino Unido, o Metro Group da Alemanha, o Wal Mart dos Estados Unidos).

Na análise da governança deste tipo de SA, há um destaque para o poder, onde as grandes redes varejistas e supermercados exercem enorme domínio de mercado sobre os produtores e processadores agrícolas (Oosterveer & Sonnenfeld, 2012). Hendrickson *et al.* (2020) salientam que a distribuição de poder no sistema alimentar está em tomar decisões sobre quais alimentos são produzidos, como, onde e por quem, bem como quem pode comer - e o que eles podem comer, e este seria o principal foco de preocupação, dado os impactos negativos dessas decisões para agricultores, trabalhadores, comunidades e ecologia. Na seleção de literatura de Ospes e Brons (2017), os estudos sobre regimes alimentares globais ou do sistema alimentar global, a governança é essencialmente do setor privado e a questão mais enfatizada é relativa às relações de poder desiguais.

Como o SA tem uma certa dinâmica, e diante de pressões dadas por mudanças climáticas e apelos sobre saúde e nutrição, observa-se mudanças relativas a como estes modelos de sistemas vêm se adaptando às novas demandas. De acordo com Lang e Barling (2013), novas análises corporativas têm enfatizado como a sobrevivência dos negócios dependerá do fornecimento de alimentos, água, energia, transporte e gestão de resíduos,

levantando questões sobre a escolha e ressuscitando a temida palavra "acionamento". Novas alianças de fabricantes transnacionais foram criadas, agrupando análises e gerando novas práticas e processos de padronização independentes dos governos. Diversas empresas têm assumido compromissos para reduzir, por exemplo, o uso da água e as emissões de carbono.

Exemplos práticos disso seria o caso da Barilla, a maior fabricante de massas do mundo, a qual apoiou um centro de nutrição comprometido com dietas sustentáveis, produzindo uma abordagem de dupla pirâmide muito citada (Lang e Mason, 2018). A Unilever lançou um Plano de Vida Sustentável em 2010 com três objetivos: ajudar a melhorar a saúde de mais de um bilhão de pessoas, reduzir pela metade o impacto ambiental de seus produtos e fornecer todos os seus materiais agrícolas de forma sustentável (Buttriss, 2013). Outros casos são trazidos por Lang e Mason (2018), tais como: estratégia Performance com Propósito da Pepsico (2009), que abrangeu quatro áreas, incluindo sustentabilidade ambiental e em 2007; a Marks & Spencer lançou seu Plano A com 100 compromissos a serem alcançados até 2012 (depois estendidos para 180 até 2015) com o objetivo final de ser o varejista mais sustentável do mundo; o Plano de Sustentabilidade 20 por 20 da Sainsbury que estabeleceu vinte metas para ajudar os clientes a tomarem decisões nutricionais, sustentáveis e éticas; as metas de sustentabilidade do McDonald's para 2011–2012 incluíram ações da Conferência Global sobre Carne Sustentável, adotando equipamentos e tecnologia com eficiência energética em restaurantes e aumentando a conscientização e a educação sobre energia em todo o sistema (Lang e Mason, 2018).

Existem também vertentes que apostam em soluções provenientes da tecnologia. Estes incluem carne de laboratório, nanotecnologia, produção industrial de insetos, robótica e novas gerações de biologia sintética, genética e nutrigenômica e outras inovações orientadas. No entanto, Miranda *et al.* (2021) chamam a atenção para os custos de governança das inovações orientadas para a sustentabilidade, os quais poderiam explicar por que sua difusão costuma ser mais lenta.

Porém, a este conjunto de iniciativas, incluindo modos de produção climaticamente inteligente e agricultura de precisão, o Painel de Peritos de Alto Nível (HLPE) do Comitê da ONU sobre Segurança Alimentar Mundial tem chamado de Intensificação Sustentável, que contribuiria principalmente para o rendimento e a estabilidade. No entanto, para os mesmos, estas iniciativas não abordariam as dimensões sociais, culturais e políticas das transições para a sustentabilidade, incluindo dinâmicas de poder e governança. Outra nomenclatura para este tipo de adaptação do sistema às mudanças climáticas seria considerada como *business-as-usual*, onde ainda se mantém uma visão reducionista e conservadora do SA.

Governança dos sistemas alimentares sustentáveis ou baseados em direitos

Outros modelos de SA têm sido defendidos, a partir de uma forte crítica ao modelo de governança descrito anteriormente, propondo transformações radicais e não apenas mudanças incrementais e tecnológicas. Em uma revisão de literatura realizada por Oñederra-Aramendi *et al.* (2023), os autores verificam que em 2021 a literatura que analisava a governança dos Sistemas Alimentares Alternativos (SAA) havia aumentado e recebido diferentes interpretações de acordo com diferentes autores. Observaram a coexistência de múltiplas abordagens que têm sido retroalimentadas entre si, como a governança adaptativa, a governança multinível ou a governança reflexiva. Na adaptativa, os atores se auto-organizam dentro de uma rede flexível para se adaptar a desafios imprevistos, desenvolvendo habilidades para promover resiliência e enfrentar incertezas. Já a governança multinível reconhece as interações que ocorrem entre os vários níveis, mas às custas de um custo de transação causado pela tentativa de coordenar os múltiplos atores envolvidos. Por fim, a governança reflexiva considera o papel do diálogo, da ação coletiva e da colaboração na orientação de dilemas sociais. Estes autores sumarizam essencialmente dois quadros teóricos de governança: as redes alternativas relacionadas à governança reflexiva e, mais frequente atualmente, as redes urbanas, associadas à governança multinível e adaptativa.

No estudo de Arthur *et al.* (2022) a referência a um sistema de governança baseada em direitos teria um olhar especial para pequenos produtores/agricultores familiares e para grupos vulneráveis e faria alusão a um desenvolvimento inclusivo de cidadania alimentar. Os autores listam cinco tipos de quadros teóricos de governança deste tipo de SA: redes alimentares alternativas, biorregiões/bacias alimentares, cadeias curtas de abastecimento alimentar, sistemas alimentares das regiões urbanas, ligações rural/urbano. Já na revisão de Ospes e Brons (2017), as propriedades desejadas de um sistema alimentar seriam: ter capacidade adaptativa e resiliência, ser local/localizado, ser alternativo e considerar a alimentação como um direito humano. Os autores citam quatro tipos de governança de SA encontrados na literatura, incluindo o dos regimes alimentares (McMichael, 2009; Friedman, 1987; Friedmann e McMichael, 1989) e governança privada (que se coadunaria com o que chamamos de governança de mercados neoliberais descrito anteriormente). Além deste, citam as políticas alimentares, a governança urbana e a governança multinível.

Discorrendo um pouco mais sobre cada um dos tipos de governança que os autores anteriores citam, inicia-se com a mais referida, que são as **redes alternativas**. Arthur *et al.* (2022) as descrevem como mercados verdes, hortas comunitárias, agricultura apoiada pela comunidade, fazendas comunitárias, produtos orgânicos, mercados de

agricultores, vendas na porta da fazenda, varejistas especializados, mercearias on-line, esquemas de caixas, lojas na fazenda e vendas diretas para restaurantes e lojas especializadas. Estas seriam desenvolvidas e conduzidas por movimentos de base com apoio de organizações não governamentais (ONG), ambientalistas, líderes comunitários e ativistas alimentares, que são críticos do sistema agroalimentar dominante. Baseadas em conceitos como localização/local, qualidade e confiança (Goodman, 2002), estas redes buscariam reespacializar e ressocializar a produção, distribuição e consumo de alimentos, tornando a comida de lugar nenhum para comida de algum lugar (Campbell (2009). Para Campbell (2009), Organizações não Governamentais (ONGs), grupos de consumidores mobilizados, movimentos camponeses ou varejistas que atendem a segmentos de elite da sociedade buscam reconectar alimentos ao lugar e à identidade por meio de novos instrumentos de governança: auditorias alimentares, rastreabilidade de *commodities*, ecocertificações e esquemas de rotulagem. Juntos, esses instrumentos serviriam para comunicar as consequências ecológicas e sociais de interações distantes do sistema alimentar, em essência, “reincorporando” sistemas alimentares transnacionais dispersos em lugares e culturas específicos.

Um outro conjunto de autores tem trabalhado com o conceito de **cadeias curtas de abastecimento** (Marsden, 2000) ou **circuitos curtos de comercialização** (Chaffotte e Chiffolleau, 2007) que são parte do discurso da rede alimentar alternativa. Cadeias curtas de fornecimento de alimentos podem funcionar em paralelo às cadeias alimentares dominantes, servindo segmentos diferentes, mas às vezes sobrepostos, da população. Esses canais para engajamentos produtor-consumidor são conceitualmente projetados para recriar relações de proximidade para o chamado desenvolvimento do local e para conter o domínio competitivo do sistema alimentar global. Ao reduzir o número de intermediários no sistema alimentar, as distâncias geográficas são encurtadas, mas a ideia principal seria aproximar os produtores dos consumidores no sentido da relação social e econômica entre eles.

Por seu turno, um paradigma **biorregional**, de acordo com Arthur *et al.* (2022), tenta reconectar as pessoas com outros sistemas vivos, enfatizando que além de cidades, vilas ou aldeias, os humanos vivem entre bacias hidrográficas, bacias alimentares, bacias de fibras e sistemas alimentares, com o potencial de refazer os vínculos estruturais entre esses diferentes sistemas. Para atingir estes ideais, vários atores comunitários, cidadãos e agências governamentais mobilizariam-se em defesa de práticas agrícolas ecologicamente sensíveis, sob a égide do biorregionalismo (Arthur *et al.*, 2022). Nesta lógica, ao avaliar as necessidades alimentares de uma população específica no contexto das suas atuais fontes alimentares, poderiam ser desenvolvidas melhores estratégias de abastecimento alimentar,

quer através do aumento da produção local, quer através da diversificação das fontes alimentares.

Quanto às discussões relativas aos SA das **regiões urbanas, ligações rural/urbano e governança urbana** citados por Arthur *et al.* (2022), Ospes e Brons (2017), Oñederra-Aramendi *et al.* (2023), Haysom (2015) verifica-se a centralidade da urbanização da sociedade na atualidade. Arthur *et al.* (2022) discorrem que as regiões urbanas abrangem não apenas megacidades e suas áreas rurais próximas, mas também cidades pequenas e médias que conectam pequenos produtores remotos e seus produtos aos mercados urbanos. No caso das ligações entre rural e urbano, Arthur *et al.* (2022) argumentam que sem apoiar as comunidades rurais, as populações urbanas não podem fazer as transições necessárias para padrões de produção e consumo mais equitativos, economicamente viáveis e eficientes em termos de recursos. Dessa forma, fortalecer as ligações rurais-urbanas promoveria a resiliência urbana para um fornecimento estável de alimentos, especialmente durante eventos climáticos extremos e desastres desencadeados naturalmente. A governança urbana nestes casos se caracterizaria por esforços colaborativos de cidadãos, organizações da sociedade civil e governos municipais na construção destes sistemas.

Estes tipos de SA dialogam com a forma de governança citada por Ospes e Brons (2017) denominada multinível, que considera que o deslocamento do poder e controle do Estado pode ir em três direções: 1) para cima, para atores e organizações internacionais; 2) para baixo, para regiões, cidades e comunidades; e 3) para fora, para a sociedade civil e atores não estatais.

Todos estes formatos de SA e suas formas de governança teriam suas fragilidades e fraquezas (sendo que algumas problemáticas serão abordadas a seguir) a exemplo da ampla literatura existente sobre a discussão da local/localismos e suas armadilhas (Born e Purcell, 2006; Leach *et al.*, 2010; Kirwan e Maye, 2013).

Perspectivas teóricas e metodológicas para pensar a transição para a sustentabilidade

Se a ideia é que os sistemas alimentares se tornem sustentáveis e que a governança destes é fulcral para entender estes processos de transição, há autores que buscaram estudar estas mudanças. Uma forma de pensar as transformações do SA é sugerida por Leewis *et al.* (2021), que propõem analisar as seis características de um sistema para posteriormente oferecer pistas de como mudá-lo, com base na teoria da Perspectiva Multi Nivel (PMN). A primeira característica seria referente às consequências ou resultados deste sistema, o que os autores chamam de propriedades emergentes. A

segunda seria a interação entre pessoas e os benefícios recebidos; a terceira que há uma diversidade de SAs; a quarta que há também diversidade entre os atores e seus interesses; a quinta considera que um SA é dinâmico e auto-organizado e a sexta característica, que ele é estável e resiliente.

Considerando estas características, a mudança do sistema se daria, utilizando a lente da PMN, a partir do resultado das dinâmicas de interação entre nicho, regime e paisagem. O regime sociotécnico é construído por múltiplos domínios inter-relacionados, como política, indústria, tecnologia, mercados, ciência, cultura que ofereceriam uma estrutura ao sistema que o tornaria bastante estável. A PMN parte da premissa de que uma transformação ocorre quando as dimensões do regime são reconfiguradas. Para isso, as inovações dos nichos e as pressões da paisagem seriam determinantes. Os autores resumizam que as transformações dependem dos seguintes fatores: a) se os nichos existem e/ou estão prontos; (b) se a interação entre nicho e regime é cooperativa ou antagônica; e (c) se as pressões da paisagem sobre o sistema são repentinas ou graduais. Diante disso advogam que as transformações do sistema são processos não lineares, de longo prazo, multiatores, que não são muito passíveis de planejamento e controle e estão associados a processos de auto-organização.

Porém, por mais que apontem para a dificuldade de mudar o SA dominante, elaboram e recomendam sete estratégias de governança aos formuladores de políticas: (1) criar e apoiar a variação, (2) capturar e apoiar a diversidade existente, (3) proteção temporária de iniciativas de nível de nicho, (4) análise das tendências e visão da paisagem, (5) promover pressões de nível de paisagem e desestabilização ativa do regime, (6) identificar ponto de alavancagem plausível, (7) processar investimento na construção de coalizões, pesquisa colaborativa e presença na mídia. Por sua vez, estratégias parecidas foram propostas por Bers *et al.* (2019), dentre as quais, dar maior atenção às condições e pré-condições associadas às transformações históricas do sistema alimentar e focar a pesquisa em como as transformações podem ser apoiadas por instituições que facilitam a ação coletiva e a agência das partes interessadas.

Um exemplo de artigo que usou esta perspectiva foi o de Medaets *et al.* (2020) que buscou entender pela lente da PMN como está ocorrendo a transição do sistema produtivo agrícola brasileiro rumo à sustentabilidade estudando o caso dos programas de certificação orgânica. De acordo com os autores, o processo de transição do sistema agroalimentar brasileiro para a sustentabilidade está relacionado com o surgimento de dois tipos diferentes de agricultura sustentável no Brasil: (1) boas práticas agrícolas, como uma adaptação incremental dos preceitos da Revolução Verde, e (2) produção orgânica, como um caminho divergente em direção à sustentabilidade. Consideram que as primeiras reforçam a trajetória

tecnológica vigente e um padrão de mudança incremental em direção à intensificação sustentável. Por outro lado, a produção orgânica avançaria impulsionada por uma arena política consolidada, mas com perda de força devido às tensões internas no nicho e às fraquezas das ligações com os outros níveis (nicho e paisagem).

Outra perspectiva de repensar o SA é proposto por Garnett (2013). Para esta autora, as soluções dependem muito de como o problema é conceituado e, em termos gerais, três principais "tomadas" ou perspectivas, sobre os problemas e suas interações, parecem estar emergindo. Uma perspectiva enfatiza as consequências negativas da **produção de alimentos**. Por meio desse enquadramento, é necessário abordar esses impactos desenvolvendo abordagens de cadeias de fornecimento agrícolas e pós-colheita que causem menos danos e maior rendimento. Um segundo, destaca os **padrões de consumo** que impulsionam a produção de alimentos de alto impacto, como carne e laticínios; o caminho a seguir é, portanto, tentar alterá-lo. E uma terceira abordagem, seria o **problema da desigualdade**, ou a coexistência de excesso com insuficiência, que caracterizaria tanto o dano ambiental causado pela produção, quanto os problemas de saúde ligados ao consumo, defendendo um sistema alimentar mais equitativo. A autora discorre sobre como cada uma destas vias de entrada estão sendo postas na literatura e como têm sido abordadas.

Já do ponto de vista metodológico, artigos demonstram algumas possibilidades de subsidiar as pesquisas com formas de medir de forma prática a governança do sistema alimentar. Delaney *et al.* (2018) buscaram na literatura indicadores metodológicos utilizados. Os autores dividiram os achados em cinco grandes categorias – agência (liderança, resiliência, etc.), fatores contextuais (leis, tamanho do país, recursos, etc.), democracia (prestação de contas, corrupção, etc.), estrutura institucional (redes, interações entre escalas, policentricidade, etc.) e performance (efetividade, uso de conhecimento e ciência, resultados, etc.). O estudo identificou uma concentração de indicadores na produção de alimentos em níveis local a nacional e com menos literatura investigando como a governança alimentar afeta a distribuição e o consumo de alimentos. Muitos indicadores de estrutura institucional foram encontrados, enquanto que indicadores que capturam agência social e indicadores de dinâmica entre escalas foram moderadamente representados e perspectivas críticas sobre governança estavam ausentes.

Marshall *et al.* (2021) apresentam em seu artigo o site (<https://foodsystemsdashboard.org/>) como uma ferramenta que reúne mais de 200 indicadores de mais de 40 fontes de dados em sistemas alimentares, com o objetivo de facilitar análises de sistemas alimentares e comparações geográficas com a pecha de “o que não pode ser medido, não pode ser governado”.

No estudo de Hubeau *et al.* (2017), os autores criaram e aplicaram uma estrutura analítica que permite uma avaliação reflexiva e análise de casos cruzados de redes de governança multiatores com base em critérios de avaliação de negócios e aprendizagem. Nos experimentos realizados foram criados 13 fatores-chave para avaliar o sucesso da colaboração, a saber: especificidade de ativos, intensidade de controle, compartilhamento de riscos, relevância da identidade, duração dos relacionamentos, confiança, poder, alocação de direitos de decisão, frequência de interação, troca de informações, qualidade da comunicação, ganhos sociais esperados e motivação. Segundo os autores, esta ferramenta pode ser utilizada em pesquisas e também pelos formuladores de políticas para avaliar, projetar e refletir sobre a sustentabilidade dos SA.

Já Landert *et al.* (2017) buscaram desenvolver um conjunto de indicadores para avaliar a governança de sistemas alimentares urbanos. Neste adicionaram critérios de boa governança, integridade ambiental, resiliência econômica e bem estar social que foram coletados por meio de dados primários e secundários.

Movimentos de mudança para a transformação do SA

Outro grupo de trabalhos encontrados na literatura focaram nas mudanças do sistema alimentar a partir de movimentos contestatórios e de relações construídas que reuniam uma constelação de atores sociais. Há que se considerar que a pandemia da COVID-19 expôs muitas das desigualdades sociais e econômicas existentes nas sociedades, trazendo à tona as várias maneiras pelas quais grupos e comunidades específicos enfrentam injustiças complexas e persistentes, indicando a necessidade de uma governança inovadora do sistema alimentar (Wilson e Tasala, 2024; Kumareswaran e Jayasinghe, 2022). Nesta seção, buscou-se reunir os artigos que abordavam os movimentos de mudança e dividiu-se em quatro grupos – ideais, atores impulsionadores/participação social, problemáticas e estratégias.

Relativo aos **ideais**, estudos de Bui *et al.* (2019) e de Tschersich e Kok (2022) trazem à discussão as questões relativas à ética, democracia e justiça. No primeiro estudo, os autores destacam que a ética alimentar precisa ser sistêmica para ser um impulsionador de transições de sustentabilidade, o que significa dizer que há que se ter uma compreensão sistêmica dos problemas e perspectivas de sustentabilidade, incluindo justiça social. Advogam que os arranjos de governança devem envolver não apenas organizações representativas dos vários atores agroalimentares e não agrícolas, mas também atores que defendem valores éticos e que representam interesses dos excluídos e marginalizados (como agricultores familiares, por exemplo), favorecendo a adoção de tal ética sistêmica pelos atores vigentes.

Já Tschersich e Kok (2022) e Huttunen *et al.* (2022) consideram que o conceito de justiça requer ir além de meras considerações de justiça distributiva e que precisa incluir dimensões participativa e representativa em um SA (Huttunen *et al.*, 2022, utiliza os termos de justiça reconhecida e procedimental). Assim, Tschersich e Kok (2022) argumentam que três mudanças de paradigma são necessárias para superar as dinâmicas insustentáveis atuais e democratizar o SA: (1) de entendimentos especializados (científicos) para entendimentos pluralistas de conhecimento (como o tácito, tradicional e indígena); (2) do materialismo econômico (lucro) para estratégias pós-crescimento (bem estar social); e (3) do antropocentrismo (desconexão da produção e do consumo por exemplo) para reconectar as relações humano-natureza (aproximar consumo e produção, humanos e não humanos).

Huttunen *et al.* (2022) realiza uma análise dos tipos de justiça e como elas ocorrem nas redes alternativas de alimentos, nos movimentos em prol da soberania alimentar e em conselhos de política alimentares. Os autores defendem que a inclusão é possibilitada por meio de novos modos de participação envolvendo fazer prático e participação auto-organizada, o que envolve elementos de empoderamento e aprendizado, mas também resistência e capacidade de formar visões radicalmente alternativas do futuro. Ou seja, é necessário abrir espaços para vozes tradicionalmente marginalizadas. Nesse sentido, o estudo de Wilson e Tasala (2024) demonstram, por meio de investigação com trabalhadores do sistema alimentar, que isso não é tão simples assim. Para eles, o progresso real para lidar com as injustiças enfrentadas pelos trabalhadores agrícolas e de alimentos exigirá mais do que conscientização e simpatia individuais. Construir a capacidade de organização coletiva, bem como a alfabetização organizacional em torno das estruturas de opressão que moldam e são moldadas pelos sistemas alimentares, são duas considerações importantes para levar esse trabalho adiante.

No segundo grupo de artigos, os autores trazem à baila os **atores e participação social** importantes dentro destes movimentos de mudança. Kang *et al.* (2022) buscaram entender, por meio de revisão de literatura, aspectos da governança de sistemas alimentares locais e como principais atores envolvidos nestes processos, identificaram seis grupos: produtores, varejistas, consumidores, organizações governamentais, organizações sem fins lucrativos e organizações privadas. Outra revisão recente de literatura realizada por Affre *et al.* (2024) sobre práticas de participação social em governança de sistemas alimentares locais (SAL) os autores resumiram em cinco tipos de mecanismos: 1) comitês/conselhos de governança alimentar que reuniriam cidadãos e membros do governo local; 2) grupos de trabalho que reúnem poucas pessoas especializadas em determinado assunto; 3) participação em workshops; 4) assembleias e fóruns de cidadãos e 4) participação em pesquisa-ação.

Já o artigo de Hammelman *et al.* (2019), os autores defendem a partir da análise de alguns casos, que conselhos gestores de políticas alimentares, organizações da sociedade civil e a academia podem servir como instituições de ancoragem para responder a crises alimentares em várias escalas por meio da governança de sistemas alimentares integrados. Essas redes visariam construir coalizões, promovendo o varejo de alimentos saudáveis e garantindo trabalho justo e responsabilidade nas cadeias de compras. Isso aconteceria por meio de parcerias contínuas entre acadêmicos e a sociedade civil construindo redes de atores e incentivando o diálogo sobre políticas alimentares regionais e nacionais.

Por seu turno, as **problemáticas** ou desafios nestes movimentos foram os mais prevalentes nos artigos. O primeiro diz respeito ao alcance destes SAS. Tem sido argumentado que, embora a escala local seja essencial para os primeiros estágios de desenvolvimento e difusão de políticas e inovações relacionadas à sustentabilidade, a adoção sistêmica ou de nível superior permanece limitada. Em resposta a essa crítica, foi observado que os esforços locais e territoriais para abordar práticas insustentáveis ou injustas não têm como objetivo substituir a mudança de política em escalas mais altas, mas sim complementá-la de maneiras que possam trazer resultados concretos na arena local e, ao mesmo tempo, defender a mudança em níveis mais altos.

O caso estudado por Zollet e Maharjan (2021) destaca esta dinâmica, usando um movimento antipesticida que exigia uma regulamentação municipal mais rigorosa do uso de agrotóxicos. Os autores relatam resultados que mostram como a mobilização popular desempenhou um papel fundamental na reforma das regulamentações municipais de pesticidas e na desaceleração da disseminação da agricultura intensiva no local, chamando a atenção para os enquadramentos usados para obter o apoio da opinião pública e dos administradores locais. Embora este regramento tenha sido adotado por municípios suficientes para garantir uma cobertura territorial substancial, indo assim além da escala de cada município, a falta de acordo sobre uma visão compartilhada no nível provincial acabou se tornando uma barreira para a adoção territorial mais ampla de regulamentações de pesticidas.

Kang *et al.* (2022) também descrevem as condições iniciais dadas por fatores que desencorajam ou facilitam a cooperação entre os atores no início de um processo colaborativo específico. Neste tópico identificam questões como restrição de recursos ou capacidades, (des)incentivos de produtores e consumidores a participar de redes locais e a confiança ou desconfiança entre os atores. Salientam que nesta literatura, a liderança não é explorada abertamente, mas que alguns trabalhos mostram o ator iniciador e, no que tange aos resultados, os autores defendem que ainda existem lacunas na sua mensuração.

Na esteira deste estudo, Lu e Carter (2023) investigam a governança colaborativa destes sistemas locais e apontam para a falta de legitimidade e reconhecimento que os mesmos têm perante os órgãos públicos, além da divergência de metas entre diferentes jurisdições e falta de liderança regional. Os autores chamam a atenção para o baixo investimento que os sistemas locais recebem se comparado com o pesado subsídio de produtos alimentícios mercantilizados. Além disso, os altos preços de alimentos frescos e orgânicos que excluem aqueles com renda limitada e, involuntariamente, criam sistemas que são apenas para a elite. Tais realidades seriam problemáticas para sua legitimação como um bem social.

Relativo à liderança, ou ao papel da administração pública, Emas e Jones (2021) identificaram por exemplo que os funcionários do governo local em regiões metropolitanas de dois estados dos EUA tinham pouco conhecimento conceitual de um SAL, quanto conhecimento específico sobre as características existentes do sistema alimentar de sua comunidade individual. Apesar dessa falta geral de conhecimento, tanto os produtores de alimentos quanto os próprios entrevistados, acreditavam que o governo local deveria desempenhar um papel na defesa da política e governança do sistema alimentar de sua comunidade.

Outro ponto destacado por Papaoikonomou e Ginieis (2016) se refere à heterogeneidade dos SALs, demonstrando que os mesmos são construídos e governados para atender a diferentes propósitos, dependendo do contexto em que são encontrados. Os autores compararam dois destes sistemas, um de cooperativas de consumo responsável e outra de agricultura apoiada pela comunidade, encontrando três tipos de narrativas e práticas: compartilhamento, negociação e utilização. Um dos exemplos que chamam a atenção para estas diferenças é para o compartilhamento de risco, que é um dos princípios fundamentais das comunidades que apoiam a agricultura, e, para esse propósito, elas pagam adiantado seus agricultores. Por exemplo, nos casos que, devido a condições climáticas extremas, os agricultores perdem a maior parte de sua produção, os consumidores não recebem nenhum produto, embora já tenham pago adiantado por isso. Mas, ao mesmo tempo, isso ajuda os agricultores a continuarem com sua agricultura nos anos seguintes. Os autores citam que nenhuma experiência semelhante foi mencionada pelos membros das cooperativas de consumo responsável.

Del Valle, *et al.* (2022) enfatizam a governança alimentar na transformação dos sistemas alimentares para garantir melhor acesso a dietas sustentáveis (resumidamente, dietas que protegem a saúde, as culturas alimentares e o ambiente natural). De acordo com os autores, para isso é importante considerar de que nível de governança e de que resultados se está falando. De uma perspectiva de nível nacional, a coerência política é descrita como uma maneira pela qual diferentes instituições públicas podem contribuir para

a meta de acesso a dietas sustentáveis. De uma perspectiva de nível local, atividades apoiadas pela comunidade e a incorporação de conhecimento local são também descritas como maneiras que podem ajudar a alcançar uma melhoria no acesso a dietas sustentáveis. No entanto, estes autores concordam com Díaz-Méndez e Lozano-Cabedo (2020) que destacam que o desenvolvimento de dietas saudáveis e sustentáveis para todos requer consenso entre os diferentes atores do sistema agroalimentar. Porém, tal objetivo não é fácil de atingir dentro de uma estrutura de governança caracterizada pela complexidade, assimetria e conflitos entre esses atores.

Para exemplificar isso, os autores pontuam que, nem as empresas, nem os governos consideraram esses movimentos como uma resposta crítica ao sistema alimentar global, muito menos como uma ferramenta para promover uma dieta saudável e sustentável adaptada às características socioeconômicas e culturais de diferentes regiões ou áreas locais. Em vez disso, empresas e governos continuam a vê-los como rotas ideológicas e elitistas que não podem competir com o sistema dominante, sem perceber possíveis contribuições desses movimentos cidadãos na promoção de dietas saudáveis e sustentáveis.

Estes autores já dialogam com a última categoria desta seção que seriam as **estratégias** a serem perseguidas. Frisam que o papel dos cientistas no sistema agroalimentar é fundamental. Na questão de dietas sustentáveis e saudáveis, muitas dimensões convergem, o que significa que seria extremamente útil estabelecer grupos de trabalho multidisciplinares para lidar com o desafio de forma holística. Além disso, esses atores (academia) teriam um papel decisivo na mediação da construção de pontes entre outros atores em todo o sistema agroalimentar e estabelecimento de cursos de ação consensuais com relação a uma dieta sustentável e saudável.

Neste sentido, os processos de aprendizagem dentro das redes alimentares alternativas têm sido defendidos também por serem estratégias de fortalecer laços entre produção e consumo e por serem intrínsecos na governança destes SAS. Popławska (2020) considera que estes processos merecem uma análise mais aprofundada, especialmente no caso das redes que até agora receberam menos atenção, como mercados de agricultores ou hortas urbanas. Para a autora, contestar e desenvolver conhecimentos, além do direito de ser informado é de fundamental importância neste contexto, enquanto a defesa da soberania alimentar pode apoiar a ampliação de modelos cooperativos e agroecológicos. A ideia seria fortalecer estratégias de aprendizagem de baixo para cima e processos de educação informal no campo da agroecologia, por meio de práticas agrícolas sustentáveis e seu reconhecido potencial transformador. Por fim, Kang *et al.* (2022) buscam entender as interações e os fatores chave dos processos colaborativos que levam ao

sucesso destes SA e destacam que o diálogo face-a-face, a confiança, o comprometimento, o entendimento compartilhado e bons resultados influenciam positivamente.

Considerações finais

A partir deste apanhado de estudos conclui-se que a literatura internacional tem tratado o tema da governança do sistema alimentar com mais empenho nos últimos anos, demonstrando que a transição para um SAS tem sido perseguida por diferentes atores com diferentes estratégias. Compreender o que está por trás da governança de cada sistema, suas relações de poder e seus resultados e consequências são critérios para ir além de análises rasas sobre o que deve ser proposto e construído em prol do que significa a palavra sustentabilidade.

Sistemas alimentares que buscam equidade, justiça, ética e sustentabilidade tem se proliferado no mundo a partir de movimentos sociais que mobilizam atores até então excluídos, mas ainda têm dificuldades em se expandir para além do local ou regional e de receberem crédito e legitimidade como SAS com potencial para se tornarem mais impactantes, fazendo frente ao modelo dominante.

Diante destas dificuldades e considerando a gravidade do momento e a rapidez das mudanças climáticas e seus efeitos nos sistemas alimentares é necessário ponderar sobre o papel do Estado, da ciência e da tecnologia no auxílio na rapidez das respostas. Políticas alimentares não foram destacadas aqui neste artigo, mas o Estado tem sido chamado a mediar tensões entre diversos setores e demandas e direcionar/liderar processos que culminem com a proteção da população mais vulnerável dos efeitos ambientais, econômicos e sociais. Assim sendo, juntar o melhor do que cada proposta de governança tem a oferecer para mitigar estes efeitos seriam as políticas desejadas neste momento. Para isso, políticas alimentares que sejam intersetoriais, criadas de baixo para cima com ênfase nos territórios e com base em sistemas sustentáveis deveriam ser o foco.

Estudos enfatizaram o papel da academia para movimentar engrenagens relativas a mudanças no ensino, na pesquisa/inação e na extensão. Para tanto, rever abordagens, incentivar a interdisciplinaridade, a inserção na sociedade nas políticas sem perder a bagagem do que já se tem e se construiu é uma forma de equilibrar e fortalecer caminhos que possam ser convergentes para o bem comum. Diante disso, há que se salientar que no Brasil há poucos estudos sobre a temática, apontando para uma lacuna importante a ser melhor investigada para subsidiar as políticas em todos os níveis.

As limitações desta pesquisa derivam principalmente do recorte temático e metodológico adotado na revisão integrativa. Essa delimitação, necessária para garantir foco e aprofundamento analítico, restringiu o universo investigado e pode ter deixado de fora

trabalhos relevantes publicados com outras terminologias ou abordagens correlatas. Por fim, a heterogeneidade dos desenhos metodológicos dos artigos incluídos impõe desafios à síntese crítica dos resultados, exigindo cuidados adicionais na análise e interpretação para evitar comparações enviesadas ou conclusões pouco generalizáveis.

Ressalta-se a importância de futuras pesquisas que possam dar continuidade a este estudo, aprofundando os elementos que permaneceram em aberto, como a operacionalização de categorias analíticas, o exame mais detalhado de diferentes níveis e formas de governança, a inclusão de enfoques metodológicos diversos e a questão das políticas alimentares. Assim, o presente trabalho se posiciona como uma etapa inicial e integrativa, que aponta fundamentos e tendências, mas que demanda complementação por meio de investigações posteriores, contribuindo para o fortalecimento e ampliação do conhecimento sobre governança em sistemas alimentares.

Referências

- AFFRE, L. *et al.* Citizen participation practices in the governance of local food systems: A literature review. **Sustainability**, v. 16, n. 14, 5990, 2024.
- ARTHUR, H. SANDERSON, D., TRANTER P. & THORNTON A. A review of theoretical frameworks of food system governance, and the search for food system sustainability, **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 46, n. 8, p. 1277-1300, 2022.
- BERRY, E. Sustainable food systems and the mediterranean diet. **Nutrients**, v. 11, e2229, 2019.
- BORN, B. AND PURCELL, M. Avoiding the local trap: Scale and food systems in planning research. **Journal of Planning Education and Research**, v. 26, p. 195–207, 2006.
- BUI, S. *et al.* Systemic ethics and inclusive governance: two key prerequisites for sustainability transitions of agri-food systems. **Agriculture and human values**, v. 36, n. 2, p. 277–288, 2019.
- BUTTRISS, J. L. Food reformulation: the challenges to the food industry. **The Proceedings of the Nutrition Society**, v. 72, n. 1, p. 61–69, 2013.
- CAMPBELL, H. Breaking new ground in food regime theory: corporate environmentalism, ecological feedbacks and the ‘food from somewhere’ regime? **Agriculture and Human Values**, v. 26, n. 4, p. 309-319, 2009. <http://dx.doi.org/10.1007/s10460-009-9215-8>.
- CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. **Cahiers de l’Observatoire CROC**, n. 1-2, p. 1-8, 2007.
- CLANCY, K. Food system governance. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, v. 4, n. 2, p. 3–6, 2014. <http://dx.doi.org/10.5304/jafscd.2014.042.012>
- DELANEY, A. *et al.* Governance of food systems across scales in times of social-ecological change: a review of indicators. **Food security**, v. 10, n. 2, p. 287-310, 2018.

DEL VALLE, M. M. *et al.* Food governance for better access to sustainable diets: A review. *Front. Sustain. Food Syst*, v. 6, e 784264, 2022.

DÍAZ-MÉNDEZ, C.; LOZANO-CABEDO, C. Food governance and healthy diet an analysis of the conflicting relationships among the actors of the agri-food system. *Trends in food science & technology*, v. 105, p. 449-453, 2020.

EAKIN, H.; RUEDA, X.; MAHANTI, A. Transforming governance in telecoupled food systems. *Ecology and society: a journal of integrative science for resilience and sustainability*, v. 22, n. 4, 2017.

EMAS, R.; JONES, J. C. Setting the table for policy intrapreneurship: public administrator perspectives on local food system governance. *Policy design and practice*, v. 5, n. 2, p. 245-259, 2022.

FRIEDMANN, H. 1987. International regimes of food and agriculture since 1870. In: T. Shanin, ed. *Peasants and peasant societies*. Oxford: Basil Blackwell, p. 258- 76, 1987.

FRIEDMANN, H. AND P. MCMICHAEL. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

GARNETT T. Food sustainability: problems, perspectives and solutions. *Proceedings of the Nutrition Society*, v. 72, n. 1, p. 29-39, 2013.

GOODMAN, D. Rethinking food production-consumption: integrative perspectives. *Sociologia Ruralis*, v. 42, p. 272-277, 2002.

HAYSOM, G. Food and the city: Urban scale food system governance. *Urban forum*, v. 26, n. 3, p. 263-281, 2015.

HAMMELMAN, C. *et al.* Integrated food systems governance: Scaling equitable and transformative food initiatives through scholar-activist engagement. *Journal of agriculture, food systems, and community development*, p. 1-16, 2020.

HENDRICKSON, M.K; HOWARD, P.H.; MILLER, E.M. E CONSTANCED, D.H. **The food system**: concentration and its impacts. Special Report to the Family Farm Action Alliance, 2020.

HOSPES O.; BRONS, A. Food system governance: a systematic literature review. In: KENNEDY, A., & LILJEBLAD, J. (Eds.) **Food systems governance**: Challenges for justice, equality and human rights. New York: Routledge, 2017.

HUBEAU, M.; MARCHAND, F.; VAN HUYLENBROECK, G. Sustainability experiments in the agri-food system: Uncovering the factors of new governance and collaboration success. *Sustainability*, v. 9, n. 6, p. 1027, 2017.

HUTTUNEN, S.; TURUNEN, A.; KALJONEN, M. Participation for just governance of food-system transition. *Sustainability: Science Practice and Policy*, v. 18, n. 1, p. 500-514, 2022.

IZECKSOHN, J.; BÜHLER, È. A. Conectando cidade e campo: o papel dos mercados digitais na construção de sistemas alimentares sustentáveis no Rio de Janeiro. *Confins*, v. 59, 2023. <https://doi.org/10.4000/confins.52436>

KANG, H.; ROGGIO, A. M.; LUNA-REYES, L. F. Governance of local food systems: Current research and future directions. *Journal of cleaner production*, v. 338, art. 130626, 2022.

KUMARESWARAN, K.; JAYASINGHE, G. Y. Systematic review on ensuring the global food security and covid-19 pandemic resilient food systems: towards accomplishing sustainable development goals targets. **Discover sustainability**, v. 3, n. 1, e29, 2022.

KENNEDY, A., & LILJEBLAD, J. (Eds.) **Food systems governance**: Challenges for justice, equality and human rights. New York: Routledge, 2017.

KIRWAN, J. AND MAYE, D. Food security framings within the UK and the integration of local food systems. **Journal of Rural Studies**, v. 29, p. 91-100. 2013.

KRAAK, V. I.; NIEWOLNY, K. L. A scoping review of food systems governance frameworks and models to develop a typology for social change movements to transform food systems for people and planetary health. **Sustainability**, v. 16, n. 4, e1469, 2024.

LANDERT, J. *et al.* A holistic Sustainability Assessment method for urban food system governance. **Sustainability**, v. 9, n. 4, e490, 2017.

LANG, T.; BARLING, D. Nutrition and sustainability: an emerging food policy discourse. **The Proceedings of the Nutrition Society**, v. 72, n. 1, p. 1-12, 2013.

LANG, T.; MASON, P. Sustainable diet policy development: implications of multi-criteria and other approaches, 2008-2017. **The Proceedings of the Nutrition Society**, v. 77, n. 3, p. 331-346, 2018.

LEACH, M., SCOONES, I. AND STIRLING, A. **Dynamic Sustainabilities**: Technology, Environment, Social Justice. London: Earthscan, 2010.

LEEuwIS, C.; BOOGAARD, B. K.; ATTA-KRAH, K. How food systems change (or not): governance implications for system transformation processes. **Food security**, v. 13, n. 4, p. 761-780, 2021.

LU, H.; CARTER, A. Emergent regional collaborative governance in rural local food systems development. **Community development (Columbus, Ohio)**, p. 1-29, 2022.

MARSDEN, T.K. *et al.* Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, p. 424-438, 2000.

MARSHALL, Q. *et al.* You say you want a data revolution? Taking on food systems accountability. **Agriculture**, v. 11, n. 5, e422, 2021.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy, **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.

MEDAETS, J. P.P.; FORNAZIER, A.; THOMÉ, K. M. Transition to sustainability in agrifood systems: Insights from Brazilian trajectories. **Journal of rural studies**, v. 76, p. 1-11, 2020.

MILLER, T. C.; FURNIVAL, A. C. M. Gestos que barrem o retorno da produção pré-crise sanitária do COVID-19 na área de nutrição em alimentação coletiva. **Revista caribenha de ciencias sociales**, v. 12, n. 6, p. 2723-2734, 2023.

MIRANDA, B. V.; MONTEIRO, G. F. A.; RODRIGUES, V. P. Circular agri-food systems: A governance perspective for the analysis of sustainable agri-food value chains. **Technological forecasting and social change**, v. 170, e120878, 2021.

OÑEDERRA-ARAMENDI, A.; BEGIRISTAIN-ZUBILLAGA, M.; CUELLAR-PADILLA, M. Characterisation of food governance for alternative and sustainable food systems: a systematic review. **Agricultural and food economics**, v. 11, e18, 2023.

OOSTERVEER, P. **Global governance of food production and consumption: Issues and challenges**. Cheltenham, UK Northampton: MA Elgar, 2007.

OOSTERVEER, P.; SONNENFELD, D. A. **Food, globalization and sustainability**. London, England: Routledge, 2012.

PAPAOIKONOMOU, E.; GINIEIS, M. Putting the farmer's face on food: governance and the producer–consumer relationship in local food systems. **Agriculture and human values**, v. 34, n. 1, p. 53-67, 2017.

POPLAWSKA, M. Towards producer-consumer cooperation: Collective learning in alternative food networks as a food sovereignty practice. **Praktyka Teoretyczna**, v. 38, n. 4, p. 49-73, 2021.

SWINBURN, B.A, *et al.* The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: the Lancet Commission report. **The Lancet** [Internet]; v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8).

TSCHERSICH, J.; KOK, K. P. W. Deepening democracy for the governance toward just transitions in agri-food systems. **Environmental innovation and societal transitions**, v. 43, p. 358-374, 2022.

TUDGE, C. Feeding people is easy: but we have to re-think the world from first principles. **Public health nutrition**, v. 8, n. 6A, p. 716-723, 2005.

UNITED NATIONS FOOD Systems Summit 2021 Scientific Group Scientific. **Food Systems – Definition, Concept and Application for the UN Food Systems Summit**.

VAN BERS, C. *et al.* Advancing the research agenda on food systems governance and transformation. **Current opinion in environmental sustainability**, v. 39, p. 94-102, 2019.

WARSHAWSKY, D.; VOS, R. Governing at scale: Successful local food initiatives in the world's cities. **Sustainability**, v. 11, n. 24, e7226, 2019.

WILSON, A.; TASALA, K. Moving beyond awareness to action and food system transformation: prioritizing labor in food systems governance work. **Frontiers in sustainable food systems**, v. 8, e1321297, 2024. <https://doi.org/10.3389/fsufs.2024.1321297>

YAP, C. New geographical directions for food systems governance research. **Progress in human geography**, v. 47, n. 1, p. 66-84, 2023.

ZOLLET, S.; MAHARJAN, K. L. Resisting the vineyard invasion: Anti-pesticide movements as a vehicle for territorial food democracy and just sustainability transitions. **Journal of rural studies**, v. 86, p. 318-329, 2021.

Sobre os autores

Rozane Marcia Triches – Graduação em Nutrição pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestrado em Epidemiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorado na City University of London. Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus de Realeza, Paraná, Brasil. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0002-4460-4821>.

Miguel Angelo Perondi – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorado na University of California Riverside – EUA. Docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus de Pato Branco, Paraná, Brasil. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-4382-4571>.

Como citar este artigo

TRICHES, Rozane Marcia; PERONDI, Miguel Angelo. Governança para a sustentabilidade do sistema alimentar. **Revista NERA**, v. 28, n. 3, e10996 jul.-set., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252810996>.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Acerca da disponibilidade dos dados da pesquisa, os(as) autores(as) *Rozane Marcia Triches e Miguel Angelo Perondi* do manuscrito intitulado *Governança para a sustentabilidade do sistema alimentar*, informam que:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores **Rozane Marcia Triches** e **Miguel Angelo Perondi**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas conjuntamente. A parte de coleta e sistematização dos dados foi realizada pela primeira autora **Rozane Marcia Triches**. Posteriormente, na compilação geral das informações e na confecção da escrita houve participação de ambos os autores.

Recebido para publicação em 12 de maio de 2025.

Devolvido para revisão em 22 de agosto de 2025.

Aceito para a publicação em 12 setembro de 2025.

O processo de editoração deste artigo foi realizado por Lorena Izá Pereira.
